



<https://doi.org/10.51880/ho.v28i2.1595>



## A “cariocandanga” Lydia Garcia: uma “militante histórica do Movimento Negro” no Distrito Federal

Ana Flávia Magalhães Pinto\*

ORCID iD 0000-0003-2044-1017

Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

**Resumo:** Este artigo/ensaio corresponde a um exercício de escrita biográfica sobre a trajetória de Lydia Garcia, “militante histórica do Movimento Negro”, nascida na cidade do Rio de Janeiro, em 1938, residente em Brasília, desde 1960, cidade da qual recebeu o Título de Cidadã Honorária em 2024. As reflexões e a narrativa aqui apresentadas emergem da confluência entre esforços de aprendizado com práticas independentes de produção de memória protagonizadas, em especial, por intelectuais ativistas negras/os – na constituição e mobilização de arquivos pessoais, familiares e comunitários – e o manejo atualizado de procedimentos consolidados na História Oral e em outros campos inovadores da historiografia. Reconhece-se como ponto de partida desse experimento a escuta atenta das falas de militantes do Movimento Negro no Distrito Federal e outros territórios do país, como forma de ativar a percepção da indignação coletiva acerca da manutenção de apagamentos da atuação perene de agentes da luta antirracista no tempo presente, mesmo após conquistas como a promulgação da Lei nº 10.639/2003.

**Palavras-chave:** memória; arquivos; cidadania; Movimento Negro; mulheres negras; ativismo.

### Lydia Garcia, a “cariocandanga”: a “historical Black Movement activist” in the Federal District

**Abstract:** This article/essay is a biographical writing exercise about the trajectory of Lydia Garcia, a “historic activist of the Black Movement”, born in the city of Rio de Janeiro in 1938 and resident in Brasília since 1960, a city from which she received the title of Honorary Citizen in 2024. The reflections and narrative presented here emerge from the confluence between learning efforts with independent practices of memory production led, in particular, by black intellectual activists – in the constitution and

\* Historiadora, professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB). É integrante da Rede de Historiadoras/es Negras/os, da equipe do Instituto Cultne e do Conselho Consultivo da Casa Sueli Carneiro. Atua como coordenadora-geral do GT sobre Arquivos Comunitários da Associação Latino-americana de Arquivos (GTAC/ALA). Integra a curadoria das exposições “Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal” e “Constituinte do Brasil Possível”. É autora dos livros *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista* (Unicamp, 2018) e *Imprensa Negra no Brasil do Século XIX* (Selo Negro, 2010). E-mail: anaflaviahist@gmail.com.

mobilization of personal, family and community archives – and the updated management of procedures consolidated in Oral History and other innovative fields of historiography. The starting point of this experiment is the attentive listening to the speeches of activists of the Black Movement in the Federal District and other territories of the country, as a way of activating the perception of collective indignation about the continued erasure of the perennial work of agents of the anti-racist struggle in the present time, even after achievements such as the enactment of Law 10.639/2003.

**Keywords:** memory; archives; citizenship; Black Movement; black women; activism.

Pelo que deu para contar, foram cinco festejos só em Brasília! A chegada de Dona Lydia Garcia aos 80 anos, em 2018, foi comemorada nos termos que marcam sua trajetória: dinamismo, alegria e ativismo. Não por acaso, o 3 de março começou a ser celebrado na véspera. Na noite de sexta-feira, ela abriu as portas da sua casa na Asa Sul para receber gente convidada e mais outras tantas pessoas que, sabendo da importância do momento, passaram por lá para saudar a radiante anfitriã. Dona Lydia estava soberana num vestido branco bem cortado e exclusivo, com os cabelos trançados nas cores lilás e acaju. À certa altura, incorporou ainda ao seu visual uma coroa dourada, adornada como luzes e réplicas de marfim. Os parabéns foram cantados à meia-noite e a festa entrou pela madrugada, num ambiente repleto de artefatos de culturas negras e registros de memória. Na tarde do sábado, foi a vez de confraternizar no Beirute, um bar tradicional da vida cultural brasiliense. O domingo, por seu turno, foi dedicado a filhas/os, netas/os e bisnetas/os, que se juntaram para mais um agito na casa da Lalê, sua filha mais nova. Na segunda-feira, dezesseis integrantes da família novamente se reuniram para assistir ao filme *Pantera Negra* num *shopping* da cidade. Na saída, teve performance à frente da faixa “Parabéns aos 80 anos de Lydia Garcia – Viver a Vida”. Com seu cetro africano, ela fez discurso e bradou “Wakanda Forever!”, arrancando aplausos e abraços na porta do cinema. Dali, a turma seguiu animada para um pagode no Conic, já comemorando os aniversários das filhas Luena (nascida em 5 de março de 1966) e Mali (de 9 de março de 1962)!

Momentos marcantes das comemorações da octogenária foram amplamente documentados e compartilhados em imagens fotográficas e de audiovisual nos perfis de redes sociais da própria Lydia Garcia, filhas/os, netas/os e amigas/os.<sup>1</sup> Trata-se de um conjunto de fontes marcadas pela oralidade, nas quais a protagonista desta narrativa afirma sua legitimidade perante gerações mais jovens, bem como fomenta a interação com e o reconhecimento de pessoas com idade mais próxima à sua, mediante exercícios de rememoração e produção de novos registros de memória.

Como observado por Valdemir Soares dos Santos Neto e Mário Abel Bressan

1 Destaco os seus perfis no Facebook: <https://m.facebook.com/lydiabazafro>; e no Instagram: <https://www.instagram.com/lydiabazafro>. A partir desses é possível mapear redes de intelectuais ativistas e acadêmicas/os e artistas que ajudam a dimensionar a relevância coletiva da trajetória de Lydia Garcia.

Júnior (2024), esses jogos de memória caracterizam um fazer no qual o próprio sujeito se antecipa, com relativa ou plena consciência, ao pesquisador como produtor de memória, desafiando, assim, um *modus operandi* exclusivamente pautado em procedimentos teórico-metodológicos canônicos da História Oral. Embora essa experiência não seja facultada tão somente pela atualização tecnológica, é preciso reconhecer que “a convergência dos meios de comunicação ampliou o acesso do usuário aos modos de produção, catalogação e circulação de memória” (Santos Neto; Bressan Júnior, 2024, p. 143).

Com efeito, a proposta de pesquisa da qual este artigo/ensaio de escrita biográfica emerge se pauta justamente na confluência entre esforços de aprendizado com essas práticas independentes – protagonizadas em especial por intelectuais ativistas negras/os, na constituição e mobilização de arquivos pessoais, familiares e comunitários, que se aproveitam das diferentes fases de inovação tecnológica – e o manejo atualizado de procedimentos consolidados na História Oral e em outros campos inovadores da historiografia. Isso porque a escuta atenta das falas de militantes do Movimento Negro no Distrito Federal (DF), em específico, e no Brasil, em geral, tem aguçado a percepção de um sentimento de indignação coletiva acerca da manutenção de apagamentos da atuação perene de agentes da luta antirracista no tempo presente, mesmo após conquistas como a promulgação da Lei nº 10.639/2003 – que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), tornando obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica, gerando, com isso, impactos no ensino superior, no mercado editorial e nos meios de comunicação.

Nesse cenário, Lydia Garcia se destaca tanto por seus feitos quanto pela maneira como tem conseguido desafiar essas tendências de esquecimento da agência negra na e da capital do país. Em novembro de 2024, por exemplo, foi agraciada com a outorga do Título de Cidadã Honorária de Brasília (TCHB) pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), por iniciativa do deputado Fábio Felix, um parlamentar negro, homossexual e jovem. A honraria deu-se em reconhecimento à atuação da homenageada no desenvolvimento do Movimento Negro em Brasília.

A narrativa que ora apresento expressa, portanto, um desejo compartilhado de reposicionamento das memórias de Lydia Garcia na escrita da História produzida a partir dos estudos sobre liberdade e cidadania negras no pós-abolição, nos termos da superação do “paradigma da ausência, proposta por Álvaro Pereira do Nascimento (2016) e do “dispositivo de racialidade”, segundo Sueli Carneiro (2023). A opção por começar pelas celebrações do seu aniversário de 80 anos em Brasília está informada pela própria agenda de investigação de história pública na qual ela exerce influência, na medida em que ali há o propósito de evidenciar como as histórias das gentes negras extrapolam os limites estabelecidos por marcos e enquadramentos da história política hegemônica, que privilegiam a atuação de homens brancos e associados aos gostos das elites nacionais como Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer entre outros (Pinto; Silva, 2021; Lemos, 2022; Tavares, 2022).

Assim, sob inspiração do que ela mesma planejou para as comemorações do seu nascimento, tempos depois, no contexto das comemorações dos 60 anos da inauguração de Brasília e da pandemia de Covid-19, iniciamos uma sequência de entrevistas semiestruturadas e diálogos espontâneos, realizados entre 10 de agosto e 30 de setembro de 2020, nas modalidades *on-line* e presencial, durante os quais Lydia Garcia mobilizou o acervo disponível em sua residência, conversou com familiares e amigas/os e ainda indicou caminhos para acessar registros de memória em outros suportes que não os orais disponíveis bases de dados digitais.<sup>2</sup>

Os documentos orais assumem aqui centralidade na organização desta história que é aqui narrada e seguirá sendo de distintas maneiras e formas. Assim, o que temos aqui em muito é expressão de modulações, tensionamentos e acordos possíveis diante das questões raciais, de gênero e geracional entre a entrevistada e quem a entrevistou (Oliveira; Borges, 2024).

## Afetividades negras na formação da militante

Quem conhece Dona Lydia não se surpreende com sua capacidade de mobilizar crianças, homens e mulheres jovens, adultas e idosas a partir de si mesma e de como se conecta com as coletividades negras. Ao se apresentar como “militante histórica do Movimento Negro” e encerrar suas intervenções frequentemente com o verso “A mulher negra é a mais bela que a noite pensando nela vestiu-se com os trajes seus”, essa “cariocandanga”, que desde 1960 fez da capital federal o seu lar, provoca a sensação de que sua autoestima elevada é algo natural, quase inatingível pelo racismo e pelo machismo. Contudo, sua altivez tem história. Na verdade, várias histórias, que falam de origens e caminhos trilhados ao sabor de afetos, sonhos, incertezas, lutas, frustrações e vitórias. Tudo isso na companhia de muita gente (Alberti; Pereira, 2007).

---

2 Durante a pandemia de Covid-19, Lydia Garcia e outras ativistas experientes do movimento negro intensificaram o uso das redes sociais. O contato constante com as notícias que dava sobre sua nova rotina me provocou o desejo de escutá-la com a atenção que vinha nutrido há alguns anos. Foi, então, que propus, em 10 de agosto de 2020, que iniciássemos conversas a respeito de sua trajetória, a fim de que pudessem ser trabalhadas em projetos futuros com jovens pesquisadoras/es e com outros grupos do ativismo. Tendo ela aceito, a primeira conversa via Zoom foi feita e gravada em 15 de agosto, um sábado à tarde. A conversa durou cerca de três horas. Na quarta-feira da semana seguinte, havendo a certeza da não contaminação, visitei sua casa para uma conversa mais rápida, durante a qual ela compartilhou uma pasta com fotografias e outros documentos que foram citados na conversa anterior. Dali até 30 de setembro, seguimos trocando informações por telefone e aplicativo de mensagem, até que consideramos suficiente para a escrita de um texto sobre a sua formação como militante pioneira do Movimento Negro no Distrito Federal. Esse seria o pontapé inicial para a elaboração do projeto de um livro, sonho que passou a ser acalentado. Enquanto ele não se torna uma realidade, optamos por dar notícia de suas histórias por meio deste artigo/ensaio de escrita biográfica.



Figura 1 – Lydia Garcia.  
Fonte: fotografia de Caroline Lima, 2018.

Lydia nasceu numa Casa de Saúde no bairro de Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro, no ano de 1938. Era a segunda filha de Isabel Francisca Garcia e Guido Leandro Garcia. Seu irmão Lidio Leandro Garcia havia nascido dois anos antes. Assim como os filhos, o casal negro também era natural da então capital brasileira. Dona Isabel, ou Madame Garcia, fora criada pelas tias Maria José de Almeida (costureira) e Venina de Almeida (lavadeira) e se tornara uma costureira e modista com apreço pela alta costura, tendo trabalhado na famosa Maison Canadá. Por seu turno, Seu Guido era funcionário público, atuando como fiscal da Prefeitura do Rio de Janeiro entre 1932 e 1976. Dona Lydia conta que, depois que sua mãe venceu a resistência do marido a respeito de seu trabalho como costureira, ele passou até mesmo a auxiliá-la nas entregas. “Eram muitos vestidos de noiva. Então, muitas vezes, ela vestia as noivas, enquanto ele ajudava a colocá-las no carro. Ela era até chamada para fazer discurso durante as festas. [...] Minha mãe sempre foi uma pessoa muito chique” – recorda com satisfação (Lydia Garcia, 2020).

A propósito, foi esse senso de sofisticação de Dona Isabel que fez com que a menina Lydia aprendesse piano logo cedo. Na década de 1940, Madame Garcia, como passou a ser chamada pela clientela, havia aberto um ateliê no badalado Edifício Carioca,

próximo ao Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca. O convívio com a clientela da alta sociedade, formada por esposas de donos de banco, de comércio e de mulheres da comunidade israelita – como Dona Lydia ressalta –, fez com que sua mãe estabelecesse os contatos necessários para iniciá-la nos estudos de música aos sete anos de idade. Seu compromisso com a educação da menina a fazia não se intimidar diante dos desafios. Percebendo que Lydia estava com dificuldades acerca de um exercício de teoria musical, procurou ajuda numa casa próxima ao seu ateliê, de onde ecoavam sons de piano e violino. Era a residência do Dr. José Soares. Havia ali um piano de calda e as crianças contavam com o acompanhamento de uma professora francesa. Além de um casal de filhos, durante as férias, a família branca abrigava os filhos de um caseiro. Hoje, Dona Lydia avalia que o convívio com aquelas crianças foi importante para despertar seu interesse pelas artes, uma vez que naquele ambiente teve oportunidade de brincar de teatro, balé, música, poesia etc.

Sempre contando com o apoio dos pais, a jovem Lydia seguiu os estudos, defendeu sua tese e se formou como Especialista em Iniciação Musical pelo Conservatório Brasileiro de Música aos 19 anos, em 1957, o que lhe garantiu o diploma de nível superior. Não foi professora normalista do Instituto de Educação, mas, em seu período de estágio, trabalhou com educação musical para crianças na Cruzada São Sebastião, conjunto habitacional localizado no Leblon que recebeu moradores da favela da Praia do Pinto em meados da década de 1950 (Campos, 2023). Depois de formada, atuou em centros sociais dos bancários em Madureira e na Ilha do Governador.

Mesmo sendo a única ou uma das poucas meninas negras nos espaços escolares que frequentou, Dona Lydia avalia que não teve problemas sérios com o racismo durante a sua infância e adolescência. Ela entende que estava protegida por ser uma “pessoa urbana”, vestir-se bem, graças à sua mãe, e frequentar o Conservatório Brasileiro de Música. Suas fotografias, de fato, comprovam que, nos dias das audições, suas roupas eram mesmo impecáveis. Assim, embora observasse situações de tensão, faltava a compreensão de que as coisas eram, efetivamente, gritantes. Até que um dia a professora reclamou que o seu irmão Lidio estava fazendo bagunça. A mãe chamou os dois e disse: “Olha, vocês têm que ser melhores do que eles. Nós negros temos que tirar nota maior. Nós não podemos...”.



Figura 2 – Lydia Garcia em apresentação de piano na década de 1940.  
Fonte: acervo pessoal de Lydia Garcia.

Havia, portanto, uma série de estratégias articuladas pela mãe e pelo pai para proteger os filhos. Dona Lydia relata que sempre teve o acompanhamento de um professor particular de latim, e seu irmão, de uma professora de matemática. “Meu professor de latim era um seminarista negro. Minha mãe sempre procurou fazer com que a gente acompanhasse a escola sem ficar para trás” – recorda (Lydia Garcia, 2020). Os resultados desses esforços acabaram aparecendo. Tanto que, ainda sobre os contatos cotidianos com o racismo, ela recupera um episódio emblemático. No momento da entrega dos convites da formatura, a secretária do Conservatório quis repassar apenas cinco cartões, sendo que os Garcia tinham pagado o pacote completo, o que lhes assegurava dez. Nesse contexto, a jovem Lydia mesmo protestou: “Minha senhora, eu tenho família!”, e garantiu o que lhe era de direito e ponto.

Outra relativa peculiaridade diz respeito a seu pouco convívio em espaços públicos negros até quase a idade adulta, mesmo integrando uma família negra. Ela teria começado a frequentar tais ambientes a partir do Clube Municipal, uma associação dos funcionários da Prefeitura do Rio de Janeiro, localizado na Tijuca. Foi quando, por volta dos 16 anos, ela passou a sair para dançar. Até então, disse nunca ter ido a uma escola de samba, por exemplo. “Quando muito, nós íamos a reuniões de família,

quando se fazia uma seresta ali em Botafogo, onde o pai do Paulinho da Viola tocava muito bem o violão” (Lydia Garcia, 2020). Brincar carnaval fantasiada, portanto, não era garantia de inserção em diversificadas redes de sociabilidade negra. Ao mesmo tempo, Dona Lydia lembra de ter assistido a muitos balés no Teatro Municipal. Seu pai era amigo dos bilheteiros e conseguia cortesias. Como sua mãe gostava de teatro, ela também foi a espetáculos do Ziemiński, da Eva Todor etc. “Eu ia ao cinema com colegas e ao teatro com meus pais. Nós moramos na Rua do Riachuelo, do lado da Cinelândia” (Lydia Garcia, 2020).

O mais interessante é que esse convívio no Clube Municipal foi fundamental para que ela própria levasse a discussão racial para dentro de casa de forma mais aberta. Foi lá também que ela conheceu o Willy Mello, desenhista técnico de arquitetura com quem se casou em 1959, aos 21 anos. Dona Lydia faz questão de destacar que, embora esse encontro tenha sido decisivo na sua vida, isso não quer dizer que ela não tenha tido os seus “biscoitinhos” antes: “Eu tive uns namoricos antes dele nos tempos em que eu andava com a Sarah, uma amiga judia com quem eu ia à praia”. E todos eles, segundo ela, eram garotos negros (Lydia Garcia, 2020).

A amizade com Willy, portanto, não foi um ponto fora da curva. Ela já o tinha visto quando ia a umas aulas particulares de música em Copacabana, mas só se aproximaram no Clube Municipal. Dali, passaram a frequentar juntos o Renascença, clube negro fundado em 1951 no Méier. O Willy, segundo Dona Lydia, já era mais envolvido com os grupos negros. Indo aos encontros realizados aos sábados, ela relata que participou da formação do “Grupo dos Palmares”, que promoveu algumas mudanças no clube. Até então, a representatividade era pautada em personalidades mais estabelecidas, como o Doutor Oscar de Paula Assis ou Seu Domingos Soares, que era dono de uma joalheria. Ali por volta de 1956, vão chegar Willy Mello, ela, Luiz Antonio Soares (estudante de Sociologia), Augusta (assistente social), Maria Helena Arruda, entre outros/as. Começaram, então, a fazer tardes dançantes, criaram um boletim cultural... “Eu lembro que nós promovemos uma festa linda em que o Paulo Moura tocou, em que teve um desfile de modas no qual minha mãe apresentou algumas roupas e eu desfilei” (Lydia Garcia, 2020). Àquela altura, ela também já conhecia Solano Trindade, a Orquestra Afro-Brasileira, do maestro Abigail Moura. Ainda em suas palavras: “Nós já vínhamos trabalhando as questões do negro. Já falávamos em Abdias, estudávamos sobre as lutas pela independência dos países africanos. Nessa época, porém, não tinha essa coisa de palestra. Isso vai ser uma ação da galera do IPCN [Instituto de Pesquisa das Culturas Negras]” – quando ela já estaria em Brasília (Lydia Garcia, 2020).

O Renascença mudou-se para o Andaraí em 1958, justamente no mesmo ano em que o seu noivo Willy decidiu fazer o concurso de desenhista técnico para trabalhar com Oscar Niemeyer e vir para Brasília, em busca de uma situação financeira satisfatória para formar uma família. Ele era filho único de um casal que já tinha idade um pouco avançada quando ele nasceu; e, depois que os pais se separaram, foi criado por um

casal de tios: Tio Altino e Tia Maria, que nunca tiveram filhos. “Eles faziam todas as vontades do Willy” – assegura Dona Lydia. Quando estavam prestes a se mudar, a Tia Maria a chamou e disse: “Lydia, passa a tarde aqui porque você precisa aprender a engomar!”. Tantos mimos, porém, não fizeram dele um jovem irresponsável. Além de talentoso desenhista, falava quatro línguas: inglês, espanhol, italiano e português. Não fez o curso de Arquitetura, como ele questionava, porque: “Um negro vai se formar em Arquitetura para projetar para quem?”. Naquele momento, nem mesmo existia o Banco Nacional de Habitação (BNH), que só seria fundado em 1964.

Assim, enquanto Willy organizava as coisas em Brasília, Lydia ia se preparando para o que lhe reservava a vida na nova capital. A curiosidade a respeito de quem era o noivo vinha das clientes da sua mãe. Quando estava perto do casamento, elas perguntavam: “Ah, sua filha vai casar? Como é que é o noivo?”. Dona Lydia avalia: “Elas tinham curiosidade em saber se era branco ou se era preto. Achavam que, sendo eu uma pessoa preparada, não estaria com um rapaz negro”. A despeito das especulações, Lydia e Willy se casaram em dezembro de 1959, na então opulenta Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no centro do Rio. Ela se orgulha de dizer: “Meu casamento parou o trânsito da Uruguaiana!”. O vestido *avant-garde* só poderia ter sido feito por Madame Garcia, que também estava muito elegante, assim como as cinco daminhas de honra negras que acompanhavam a noiva. Os padrinhos escolhidos pela mãe eram um médico negro e um professor também negro, irmãos da mesma família e membros da irmandade.



Figura 3 – Casamento de Lydia Garcia e Willy Mello, na antiga Igreja do Rosário dos Pretos, do Rio de Janeiro em dezembro de 1958.

Fonte: acervo pessoal de Lydia Garcia.

## Brasília, capital, lar e militâncias

A vinda para Brasília, com efeito, não representou uma ruptura com o Rio de Janeiro, nem com os espaços que ela conquistara. Tendo levado seus pais para o Renascimento, eles seguiram representando a família Garcia por lá nos anos seguintes. Sua mãe vestiu muitas misses negras, como a Vera Lúcia Couto. Seu pai chegou a ser vice-presidente do clube. Enquanto isso, ela foi encarando o desafio de construir o seu próprio lar. “Eu vim para Brasília em 1960 com a perspectiva de uma nova vida, uma mudança total. Só que eu vim para cá sem fazer o concurso. Minha preparação foi, digamos, ter aprendido a passar camisa. [...] Mas eu não esqueci que vim mulher negra com diploma de curso superior”.

Nos primeiros anos, a chegada das crianças demandou bastante atenção: Kenya (1960), Mali (1962), Luena (1966) e os gêmeos Ialê e Kwame (1969). As quatro meninas e o menino receberam nomes africanos. Tanto isso era uma ousadia que sempre houve briga no cartório de Copacabana na hora do registro. Sim, porque todas elas e ele nasceram no Rio de Janeiro. Dona Lydia religiosamente pegava um avião para lá quando faltavam dois meses para o nascimento. Quem fez todos os partos foi um médico negro, o doutor Walter Simplício, nascido no Jacaré e membro da Irmandade do Rosário dos Pretos. “Ele foi meu padrinho de casamento. Era casado com uma irmã de criação da família do Willy. O doutor Walter tinha um irmão psiquiatra, outro educador físico e uma irmã professora” – comenta Dona Lydia, dando pistas sobre outra família negra que desafiou os limites impostos pelo racismo no Rio de Janeiro do pós-abolição (Lydia Garcia, 2020).

Embora ela tenha ficado quatro anos sem trabalhar como professora, assegura que em sua casa a cultura nunca deixou de pulsar. Até porque, como por aqui não se contava com as opções das cidades de origem, as pessoas se reuniam nas próprias residências para declamar poesia, cantar uns sambinhas: “Quem chegava do Rio, trazia um LP novo. Daí vinha todo mundo para cá aproveitar”. Além disso, por força da rede de contatos políticos de seu marido, personalidades como o intelectual afro-cubano Nicolás Guillén frequentaram sua residência. “Yoruba soy, soy lucumí/mandinga, congo, carabali” – declama de pronto trechos do poema desse ícone da literatura negra.

Sobre a convivência com pessoas negras nos primeiros anos em Brasília, ela ressalta a presença de desenhistas negros e outros trabalhadores vindos do Nordeste, mesmo admitindo que na região do Plano Piloto sempre teve menos gente negra que nas “cidades-satélites”, hoje chamadas de Regiões Administrativas. De tal sorte, a cidade foi experienciada no início muito a partir da perspectiva do casal: “A gente marcava nosso espaço com o nosso jeito negro. Eu e Willy éramos considerados um casal vintel!”. Ainda assim, ela reconhece como referências a família da “professora Nivalina Costa de Oliveira, a família Viana, a professora Deise, o Ubaldo, o pessoal da 715, a família da professora Neide Rafael” (Lydia Garcia, 2020). Havia também outras pessoas

negras que trabalhavam no Senado. Mas um destaque especial é dado para a chegada de estudantes africanos na Universidade de Brasília (UnB). Depois disso, sua casa se tornou uma espécie de primeira embaixada africana. Entre esses, ela demonstra um carinho particular por Akinyele Toboku-Metzger, estudante de Arquitetura vindo de Serra Leoa, que chegou a visitá-los décadas depois. Ademais, foi desses estudantes que ela ganhou dois livros de nomes africanos, por meio dos quais ela atendia aos pedidos de quem demandava sugestões de nomes para filhas e filhos. “Isso já era Movimento Negro” – defende.

Esse convívio, certamente, impactou o modo como educou suas crianças. Ela conta que a primeira fantasia das meninas no jardim da infância foi um traje africano: “Era uma túnica branca, depois um pano colorido de listras, um turbante e uma cestinha. A Kenya se apresentou cantando a música ‘Kamiole’, da Missa Luba”, baseada em canções tradicionais do Congo. Na sua avaliação, fazer Movimento Negro não é só “juntar quinze, vinte pessoas”. Ela colocava suas meninas na frente do espelho e dizia: “Eu sou negra. Você também é negra. Olha como você é linda! É assim que se ensina a criança a ter essa identidade. Quando eu ia ao Rio, eu comprava aquela revista negra Essence, dos Estados Unidos, nos sebos da avenida Graça Aranha, por conta das imagens positivas”.

Mas não se pode esquecer que essas primeiras décadas corresponderam ao período da ditadura militar. Em 1964, ela se recorda de ver o marido pegando os livros, colocando num Jipe e indo jogar tudo no Lago Paranoá, porque a polícia poderia fazer uma invasão surpresa. Eles moravam na mesma quadra de Oscar Niemeyer, considerada “a quadra dos comunistas”. Algumas vezes, Willy saía para trabalhar e avisava: “Aqui está um dinheirinho. Qualquer coisa, você pega um avião e se manda com as crianças”. Ao falar sobre isso, ela lamenta por seu vizinho do lado, que foi e nunca mais voltou. Mas o cuidado que tinham não significava inoperância, como se percebe neste comentário: “Aqui em casa se faziam cartazes para a formação de sindicatos, para se pregar na rua. Era tudo feito à mão, com giz de cera. Nos fundos daqui de casa funcionava uma espécie de célula” (Lydia Garcia, 2020).

De um jeito ou de outro, essas ações que assumiam as características convencionais do fazer político coexistiam com outras mais associadas ao que se entendia como fazer cultural. Foi assim que surgiram as primeiras organizações de Movimento Negro do Distrito Federal, e Dona Lydia Garcia esteve diretamente envolvida em pelo menos uma delas. Ela comenta: “O olhar sobre a questão do negro por aqui veio em decorrência de reuniões que nós fazíamos, por exemplo, no Sesc da 913 Sul” – espaço garantido pela boa relação com a professora Maria Duarte, mulher branca, coordenadora da unidade na década de 1970. Pelas memórias de Dona Lydia, pessoas como ela própria, Carlos Moura, Waldemiro de Souza, entre outros, formaram um núcleo que veio resultar na fundação do Centro de Estudos Afro-Brasileiros (CEAB), em 1978 (Iser, 1988).

O problema é que, como ela mesmo se queixa, “as pessoas iam para as discussões

apenas para compartilhar depoimentos sobre casos de discriminação”. Isso era, então, questionado: “Não podemos ficar só nos depoimentos. Precisamos agir. Temos que ter ação. Vamos mudar o livro didático, vamos para o Ministério da Educação, vamos fazer capa de caderno” (Lydia Garcia, 2020). Foi assim que conseguiram fazer uma primeira atividade grande, o *Ação – Cor – CorAção*, no Espaço Cultural da 508 Sul, bem como outros shows. “Depois que veio a Primeira Semana de Estudos Afro-Brasileiros, em 1978”, um marco para o CEAB, a partir daí, realizaram cursos de reciclagem para professores no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), na Asa Norte, e na 508 Sul, para os quais foram convidados intelectuais como Joel Rufino, Clóvis Moura e Kabengelê Munanga. Segundo ela, o CEAB estabeleceu convênios com a Secretaria de Cultura do DF e contava com uma certa estrutura, a exemplo da sala no edifício Brasília Rádio Center.

Cabe frisar que a maioria das atividades mencionadas aconteceram antes da formação do Movimento Negro Unificado (MNU), tanto em nível nacional quanto no DF. Ativistas como Jacira Silva, Graça Santos e Luiza Júnior fizeram parte desse grupo pioneiro. Mas, como Dona Lydia recupera: “Após a fundação do MNU, começou uma migração, porque havia pessoas que achavam que o CEAB era muito cultural. O MNU seria mais político. Hoje temos um entendimento melhor sobre o papel político da cultura. Mas eu era tida como uma mulher da cultura e desqualificada por isso. Por conta disso, eu também nunca fui para o PT [Partido dos Trabalhadores]. Eu gosto, mas nunca me filiei” (Lydia Garcia, 2020).

Se as coisas não tinham sido interrompidas nos anos 1960 e 1970, quando se chega à década de 1980, assiste-se a uma verdadeira avalanche de ativismos negros. Na música, além dos bailes black, bandas como Ilê Aiyê e Olodum também passaram a inspirar a ação político-cultural de pessoas como Dona Lydia Garcia, que aproveitavam os detalhes do cotidiano para fazer militância. São praticamente infinitos os episódios que dão exemplo disso. Em 1984, diante de uma tentativa de excluir pessoas negras do elenco de figurantes e coristas da montagem em Brasília da ópera *Porgy and Bess*, originalmente encenada apenas por artistas afro-estadunidenses, Dona Lydia Garcia participou da mobilização da cena cultural local e conseguiu a inclusão de trinta pessoas negras, incluindo a jazzista Marabeau, que fez solos memoráveis, segundo ela. Em 1986, venceu o concurso para a criação do Hino da Colônia de Férias, com uma música em ritmo de afoxé que promovia a valorização também das “cidades-satélites” entre as 18 mil crianças atendidas. Junto com a turma do CEAB e de outras entidades, promoveram uma articulação com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em prol do tombamento da Serra da Barriga em 1985, movimentação que esteve atrelada às discussões sobre a criação da Fundação Cultural Palmares e a ida coletiva à União dos Palmares, em Alagoas, em 1988.

Isso sem falar das ações à frente da Associação de Arte-Educadores do Distrito Federal (AAEDF), nos anos 1980; da formação do Conselho de Defesa dos Direitos

do Negro no Distrito Federal (CDDN), nos anos 1990; do Movimento de Mulheres Negras (MMN) e das Marchas Nacionais, o que nos leva aos dias atuais. Entre os destaques possíveis, representou o DF no III Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, em Bertioga (SP), em 1985, junto com Sandra Belo, Kenya Garcia Mello, Adélia Azevedo, entre outras. Participou do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em 1988, em Valença (RJ), sendo responsável pela performance “Kemalu Ialê”. No mesmo ano, fez-se presente na legendária Marcha da Falsa Abolição, no Rio de Janeiro. Esteve nas Marchas Zumbi de 1995 e de 2005, e na de Mulheres Negras, em 2015.

Durante boa parte desse tempo, Dona Lydia ainda se dedicava ao ofício de professora da educação básica. Como sugerido anteriormente, ela começou a trabalhar em 1964 na Escola Parque da 308 Sul, onde permaneceu por dois anos. De lá foi para o Elefante Branco, “para a casinha de madeira onde funcionava o colégio de aplicação da Escola Normal de Brasília”. Ali, ficou por dezesseis anos. Depois, a convite de Maria Duarte, foi atuar como assessora do Governo do Distrito Federal para Assuntos da Cultura Negra, em 1986. Na sua avaliação: “Eu saio da sala de aula porque eu precisava atuar nesse tipo de articulação” (Lydia Garcia, 2020). É nesse período que também passa a lecionar no período noturno na Faculdade Dulcina de Moraes e na Faculdade Católica, também pautando a “questão negra”.

Embora nunca tenha parado, ela percebe que houve momentos de recuo. Com isso, ela nos chama atenção para a importância de se visualizar numa narrativa como essa, com as limitações impostas pela criação de cinco filhos, pela convivência com o marido, pelos próprios problemas no casamento e pela separação, entre outros contextos de fragilidade humana. “Tem horas que você não está em tudo. Até a memória não registra muito”. Mas, com o bom humor que lhe é peculiar, ela satiriza: “Eu também não podia participar de tudo porque precisava criar meus filhos. Se eu fosse participar do samba, eu ia virar rainha do samba do Cruzeiro. Mas, mesmo assim, quando não tinha marido tomando conta, desfilei em escola de samba! Fui jurada em festivais de música!” (Lydia Garcia, 2020).

Atuando nessas já inúmeras frentes, Dona Lydia segue protagonista de sua vida no século XXI, à frente do Bazafro, projeto criado há 27 anos para trabalhar com a moda como estratégia de militância. Além disso, em plena pandemia, participou da constituição do Coletivo de Mulheres Negras Baobá, com o objetivo de realizar atos de combate à fome em comunidades negras empobrecidas no DF.



Figura 4 – Lydia e Mali Garcia na abertura da exposição histórico-fotográfica “Reintegração de posse: narrativas da presença negra na História do Distrito Federal”, em Brasília, setembro de 2019. Fonte: acervo pessoal de Lydia Garcia.

## Caminhos para continuar

Muitas são as frentes narrativas a serem exploradas para que a história de Dona Lydia seja percebida como estratégica para contar a história de seu tempo e de sua gente. Embora sejam muitas lembranças que foram e são constantemente mobilizadas por ela, mas que ficaram fora deste texto e de outros que virão, os passos das tias-avós e da mãe, que vêm de longe, vão a levando adiante, por meio de seus próprios pés

dançantes, das filhas, netas/os e bisnetas/os multiartistas, em caminhos mais amplos de novas realizações.

## Referências

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). *Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

CAMPOS, Lohana Ribeiro. “*É mais pela cor, mas também é o lugar*”: as faces do racismo na cidade do Rio de Janeiro através da vivência dos moradores da Cruzada São Sebastião. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/63838/63838.PDF>. Acesso em: 10 ago. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

ISER – INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. *Catálogo de Entidades do Movimento Negro no Brasil*: precedido de um perfil das entidades dedicadas à questão do negro no Brasil. Rio de Janeiro: Iser, 1988. (Comunicações do ISER, 29).

LEMOS, Guilherme Oliveira. *No dilacerar do concreto: as histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955-1971)*. Tese (Doutorado em História) – UnB, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/44716>. Acesso em: 10 ago. 2025.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 59, p. 607-626, set./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/63768>. Acesso em: 10 ago. 2025.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de; BORGES, Roberto. História Oral e questões raciais: experiências e oralidades negras. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *O desafio do diálogo: reflexões sobre história oral nos 30 anos da ABHO*. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Letra e Voz, 2024. p. 137-147.

PINTO, Ana Flávia Magalhães; SILVA, Andressa Marques da. Narrativas da presença no Distrito Federal: histórias vistas desde o nível da vida. In: SCHMIDT, Benito Bisso; MALERBA, Jurandir (Org.). *Fazendo História Pública*. Vitória: Milfontes, 2021. p. 17-37.

SANTOS NETO, Valdemir Soares dos; BRESSAN JÚNIOR, Mário Abel. A tiktokização das narrativas orais: discutindo práticas caseiras de produção de memória em plataformas digitais. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 27 n. 1, p. 136-158, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.51880/ho.v27i01.1362>. Acesso em: 10 ago. 2025.

TAVARES, Paulo. *Lúcio Costa era racista?* Notas sobre raça, colonialismo e arquitetura moderna brasileira. São Paulo: n-1 edições, 2022.

## Fontes orais

GARCIA, Lydia [87 anos]. [ago./set. 2020]. Entrevistador: Ana Flávia Magalhães Pinto. Brasília, Distrito Federal, ago./set. 2020.

Recebido em 05/04/2025

Versão final reapresentada em 02/05/2025

Aprovado em 21/07/2025